

BARREIRAS NO ACESSO DE MULHERES LGBT'S NA ATENÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES A LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Raquel de Jesus Rocha da Silva (1); Marcelo Costa Fernandes (2).

(1) *Universidade Federal de Campina Grande*– raquelrocha02@hotmail.com

(2) *Orientador. Professor da Universidade Federal de Campina Grande*– celo_cf@hotmail.com

Resumo: O movimento LGBT é um movimento caracterizado pela luta dos homossexuais do Brasil e do mundo, pela igualdade de direitos e respeito devido ao grande preconceito existente. Teve início por volta da década de 60 e perdura até os dias atuais. O presente estudo teve como principal objetivo a análise das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres LGBT'S na Atenção Básica, refletindo junto a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu, observando como essas mulheres costumam lidar com essas barreiras, quais são seus sentimentos acerca do problema enfrentado, principais dificuldades e problemas decorrentes da situação em questão que atingem todo o âmbito da saúde pública. A partir do estudo realizado, foi possível observar como o Sistema Único de Saúde e mais precisamente a Atenção Básica interfere na educação em saúde desse grupo populacional, possibilitando a diminuição na incidência de inúmeras doenças, ou em situações de atendimentos não adequados, afastando essa população e ocasionando consequentemente a inserção desse conjunto em grupos potencialmente de risco. Outro fato destacado neste trabalho é a soberania imposta pelos profissionais de saúde no acolhimento dos agentes sociais, utilizando do poder e conhecimento para se sobrepôr, aumentando o distanciamento da população e principalmente das mulheres LGBT'S.

Palavras-chave: Grupos Minoritários, Saúde coletiva, Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

O movimento homossexual no Brasil começou a ter força por meados da década de 60, junto aos demais movimentos sociais existentes na época que intercalaram com a luta contra o regime militar enfrentado pela população brasileira. Desde então, o movimento vem ganhando espaços, discussões e direitos assegurados aos homossexuais, que durante muitos anos foram alvos de críticas, estigmas e diversos tipos de violências que até os dias atuais violam a integridade física e moral dessa população.

O movimento LGBT, que assegura os direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, luta também contra os obstáculos sofridos diariamente por milhares de mulheres LGBT'S que passam por dificuldades diariamente, sejam elas na busca por emprego, qualificação, relações interpessoais, vagas em universidades, intolerâncias religiosas, segregação em lugares públicos e outros.

A dificuldade na busca pelo atendimento na Atenção Básica (AB) também é um assunto a ser discutido, já que há uma enorme barreira enfrentada constantemente por essas mulheres

na aceitação e diálogo com os profissionais da assistência prestada na estratégia de saúde da família.

Esse segmento populacional, assim como a sociedade como um todo, possui o direito de ser atendido de maneira digna, respeitosa, atenciosa e prestativa em todo e qualquer cenário da atenção à saúde. A pesquisa em questão apresenta como principal enfoque a assistência presta na AB a mulheres LGBT'S, em que a portaria nº 2836 instaurada em 01 de dezembro de 2011, assegura os direitos da população LGBT na assistência a saúde, buscando a promoção à saúde de maneira integral, erradicando o preconceito e a discriminação e almejando a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um programa universal (BRASIL, 2011).

A AB, de acordo com o artigo segundo da portaria nº 2436 de 21 de setembro de 2017, é um conjunto de ações prestadas à saúde, seja ela comunitária, familiar ou individual, envolvendo a prevenção, promoção, diagnósticos, tratamentos, reabilitações e outros, desenvolvida através de práticas integrais realizadas por equipes multiprofissionais que assumem responsabilidades e são dirigidas a populações de territórios definidos (BRASIL, 2017).

Além disso, segundo Coutinho et al. (2015), a AB, que apresenta a Estratégia de Saúde da Família (ESF) como principal pilar no Brasil, é considerada como uma ferramenta de grande importância na reorganização do SUS, sendo considerado um modelo a ser seguido em diferentes países.

Mesmo percebendo o quanto a AB busca um acesso democrático, ainda existem grande barreiras que dificultam o acesso a mulheres LGBT'S em todo país. Segundo Guimarães et al., (2017), grande parte desse público já passou por algum cenário de agressão moral no âmbito da assistência a saúde, como sentimentos de ódio, repulsa, repressão, considerando o ator social como alguém inferior, anormal, excluído de direitos e de sua própria humanidade.

Mesmo reconhecendo essas barreiras, será enfatizado, nesta investigação, as barreiras simbólicas a partir da leitura sociológica de Pierre Bourdieu. Portanto, questiona-se: Quais as barreiras no acesso de mulheres LGBT'S na Atenção Básica à luz da sociologia bourdieusiana?

Neste sentido, esta pesquisa visa refletir a luz da sociologia bourdieusiana sobre as barreiras no acesso de mulheres LGBT'S na Atenção Básica.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo desenvolvido com base nos conceitos nucleares de Pierre Bourdieu, utilizando tal epistemologia como principal fonte para a formação do conhecimento em relação ao poder simbólico e violência simbólica como possibilidade de interpretações das barreiras existentes no campo da saúde em relação ao atendimento de mulheres LGBT'S.

Essa investigação foi elaborada com base nas leituras reflexivas de textos científicos, que referenciam o poder simbólico e violência simbólica, tendo em vista a interpretação e a análise dos elementos teóricos obtidos por meio do levantamento bibliográfico realizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pierre Félix Bourdieu foi importante sociólogo Francês, que contribuiu de maneira considerável nos entendimentos sobre sociologia a partir de suas obras. Nascido em primeiro de agosto de 1930, o autor formou-se em filosofia em sua cidade natal e posteriormente se dedicou a pesquisa na área da sociologia, se tornando um dos principais escritores de teorias utilizadas até os dias atuais. Bourdieu faleceu no ano de 2002, se tornando um dos mais considerados intelectuais de sua época que trouxe grandes contribuições na área da antropologia e sociologia. Segundo Oliveira (2015), Bourdieu deixou contribuições incontestáveis para sociologia e educação em geral, se tornando, atualmente um dos autores mais citados em diferentes tipos de trabalhos realizados em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Em suas escrituras, Bourdieu fala sobre a teoria do poder simbólico, que se trata de algo invisível, se passando de maneira despercebida, fazendo com que agentes se submetam a subordinação, havendo consciência ou não dessa situação. Esse poder ocorre principalmente por meio de estratégias de dominação planejadas ou organizadas de maneira pacífica, sem a utilização de força ou violência física. Esse poder se torna perceptível, quando se percebe o discurso do ser dominante, que detêm a cultura, o capital, o saber e em muitas situações, a força (BOURDIEU, 2007).

Este poder, conforme o autor supracitado, é invisível, sempre dissimulado, estrutura a realidade social permitindo que os agentes a ele se subordinem. Para que o poder simbólico seja realizado é necessário que aconteça a cumplicidade daqueles que se submetem, com a consciência ou não daqueles que a ele estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder varia conforme a posição ocupada pelo agente no campo social.

Além disso, segundo Simião (2015), o detentor do poder age sem nenhum tipo de preocupação sobre o que causará ao agente submisso, utilizando de condutas ligadas aos interesses daquele

que se submetem, através da língua, costumes ou religiões, induzindo ao ser dominado acreditar que esse tipo de ação não causará nenhum comprometimento ou problemas diante a situação.

Esse tipo de poder viabiliza a construção da realidade que tende a fixar o sentido imediato do mundo, em particular do mundo social. Com isso, a cultura dominante tem sentido relevante, uma vez que contribui no papel de assegurar uma comunicação imediata entre seus membros e assim diferenciando-os das outras classes, para a desmobilização das classes dominantes, para a legitimação da ordem estabelecida, por meio da definição das distinções (BORDIEU, 2007).

Junto ao poder simbólico, percebe-se a violência simbólica, que segundo Bourdieu (2010), ocorre entre o dominador e o dominado, evidenciada de maneira subjetiva. Além disso, essa violência é a legitimação da soberania imposta que favorece o ser privilegiado, onde a classe dominante irá carregar a superioridade, desvalorizando o saber presente na sociedade e fazendo com que essa ação seja naturalizada diante a população (FERNANDES, 2016).

Para Bourdieu (2004) esse tipo de violência é exercido sobre um agente social com a sua cumplicidade. Para dizer isso mais enfaticamente, os agentes sociais são agentes cognoscentes que, mesmo quando submetidos a determinados, ajudam a produzir a eficácia daquilo que os determina. Sendo, na maioria das vezes, nos ajustes entre determinantes e as categorias de percepção que os constituem como tais que o efeito de dominação aparece. Esse autor chama de desconhecimento a situação de reconhecer uma violência que se realiza exatamente na medida em que ela é desconhecida como violência, é a situação de aceitar essa gama de pressupostos essenciais, pré-reflexivos, que os agentes sociais avalizam, simplesmente pelo fato de tornar o mundo como óbvio, ou seja, como ele realmente é, e de achá-lo natural por eles aplicarem as estruturas cognitivas que são originárias das próprias estruturas desse mundo.

Percebe-se então, a ligação existente entre o poder simbólico e a violência simbólica, já que uma esta intimamente ligada a outra, fazendo com que situações que utilizam do poder simbólico, se concretizem socialmente e culturalmente através da violência simbólica, que é vivenciada pela sociedade e naturalizada sem nenhum tipo de percepção sobre o problema.

A sociedade em geral, sem distinções de populações específicas, vive em uma constante hierarquização, construída historicamente, seja ela pelo poder empregado pelo capital, soberania de gênero ou patriarcal, ou até mesmo por

determinados conhecimentos concebidos a apenas uma parte da população. Segundo Fernandes (2016), o poder simbólico junto a violência simbólica ocorre justamente nesse cenário, já que ela é concebida socialmente por meio de uma aceitação, legitimada e aprovada pela sociedade através do discurso da meritocracia.

Diante disso, percebe-se o quanto todo esse processo se torna complicado, já que os discursos empregados pelo público dominador se tornou algo tão naturalizado. A população, principalmente a classe trabalhadora, na grande maioria das vezes não possui um conhecimento apurado acerca do assunto, se tornando, junto a outras classes menos favorecidas socialmente, os principais alvos dessa violência simbólica.

Os profissionais da saúde que atuam nos estabelecimentos da AB, muitas vezes são responsáveis pela representatividade dos detentores do poder diante do cenário em questão, já que possuem o conhecimento e muitas vezes utilizam de tal poder para se legitimar e empregar a soberania sobre os agentes sociais, que de maneira pacífica e natural, aceitam tais determinações empregadas.

Esses mesmos profissionais, que atuam como ser dominante, por vezes podem utilizar distinções de gênero em seus atendimentos na assistência à saúde, sejam elas justificadas por suas crenças, costumes, preconceitos e religiosidades que não deveriam interferir em suas obrigações enquanto profissionais. Essa situação atinge diretamente as mulheres LGBT'S, que como foi citado anteriormente, sofrem discriminações que as deixam constrangidas, dificultando o atendimento e assistência que deveria ocorrer de maneira satisfatória e eficaz.

Diante dessa situação, considerando a utilização do poder simbólico e violência simbólica pelos profissionais da saúde, percebe-se o quanto esse posicionamento pode acabar acentuando a distribuição desigual do capital, em especial o capital simbólico (prestígio, saber, reconhecimento), já existente entre esses profissionais e mulheres LGBT'S, já que as últimas se posicionam nesse campo da saúde de maneira inferiorizada, reforçando o distanciamento das mesmas dos serviços de saúde.

Diante desse aspecto, muitas mulheres acabam não sendo assistidas da maneira correta, deixando grandes lacunas em tratamentos e profilaxias que seriam extremamente necessárias. Segundo Bocon et al., (2016), muitas mulheres LGBT'S ao serem destratadas, criam um sentimento de dor, tristeza e indignação, que acaba resultando em abandonos de tratamentos importantes que já estavam em andamento, até mesmo em casos de doenças crônicas e graves como a AIDS, em decorrência do preconceito que sofrem ao serem descobertas com a doença, e o câncer.

Um dos grandes problemas enfrentado pela população LGBT da década de 60 e 70 foi o enorme surto de AIDS ocorrido, se tornando na época, um enorme problema de saúde pública. Trazendo para os dias atuais, segundo Bocon et al., (2016), grande parte da população LGBT não possui instruções adequadas quanto ao uso de preservativos ou medicamentos que tratem de maneira adequada a AIDS, justificado na grande maioria das vezes, pela dificuldade na assistência à saúde e evasão escolar causado pelo preconceito sofrido. De acordo com essa problemática, percebe-se o quanto a assistência prestada pela AB é importante e poderia ajudar de maneira significativa na prevenção e erradicação de doenças.

Soma-se o poder simbólico e a violência simbólica como barreiras a este segmento populacional, a falta de preparo dos profissionais. Segundo a Telesaúde (2014), a formação acadêmica insuficiente nas universidades, o despreparo tanto dos que acabaram de se formar academicamente e os que atuam profissionalmente a muito tempo e falta de informação dos profissionais são os principais motivos para a assistência inadequada prestada pelo SUS a população LGBT, além disso, grande parte dos profissionais, que não tiveram acesso a uma formação específica em sexualidade, acabam buscando informações por conta própria a fim de oferecerem um melhor atendimento a essa população.

A população em geral, o público LGBT e principalmente as mulheres LGBT'S necessitam de uma assistência como mais atenção, oferecendo recursos e diálogos que favoreçam o despertar de sua confiança, tanto para prevenção de muitas doenças, como também na busca pelo seu bem-estar biopsicossocial.

Por isso, Fernandes (2016) fala sobre o vínculo como fator essencial na pratica do cuidar entre o profissional e o agente social, garantindo uma eficiência na assistência e uma facilidade no planejamento de práticas cuidativas pelo profissional, auxiliando inclusive, sua formação enquanto profissional da saúde.

Percebe-se então, diante de todas as situação citadas, o quando o público LGBT e em especial as mulheres LGBT'S necessitam de uma assistência adequada, utilizando de vínculos, confiança, diálogo, conhecimentos e acompanhamento junto aos profissionais do SUS e principalmente da AB, garantindo uma assistência à saúde de maneira mais digna, humana e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres LGBT'S na busca pela assistência adequada prestada pelos profissionais da saúde na AB, relacionando tais barreiras com os conceitos nucleares

da sociologia de Pierre Bourdieu, em especial sobre o poder simbólico e violência simbólica, associando tais teorias com a soberania imposta e naturalizada pelos profissionais frente ao público em questão.

Diante disso, a partir do aporte teórico utilizado, foi possível perceber e identificar grandes problemas existentes no apoio a população prestado na AB, se tratando principalmente da falta de assistência oferecida de maneira adequada a população, insuficiência nos conhecimentos sobre sexualidade e diversidade de gênero, despreparo e preconceitos dos profissionais no atendimento ao público LGBT e principalmente as consequências decorrentes desses fatos, afetando diretamente a saúde coletiva.

Portanto, percebe-se a necessidade de maiores investimentos na formação dos profissionais que irão trabalhar na área da saúde, oferecendo conhecimentos acerca da sexualidade, história do movimento LGBT, diversidade de gênero, conhecimento sobre os principais problemas enfrentado por essas mulheres, sensibilização sobre o contexto social a qual estão inseridas e entendimento sobre a necessidade de distinção entre suas crenças, costumes e religiosidade e sua atividade profissional enquanto assistente atuante na AB, havendo assim, um vínculo maior entre a população e profissionais, possibilitando a erradicação de doenças como as dst's que já fizeram parte da realidade desse grupo populacional durante muitos anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, DECRETO Nº 2836, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011. Direitos da população LGBT na assistência a saúde, Brasília, DF, dez. 2011. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf >. Acesso em: 06 de mai. 2018.

BRASIL, DECRETO Nº 2436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Atenção básica de saúde, Brasília, DF, set. 2017. Disponível em: < <http://www.foa.unesp.br/home/pos/ppgops/portaria-n-2436.pdf> >. Acesso em: 06 de mai. 2018.

BOCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J.; PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência e saúde coletiva*, Vitória, 21(8): 2517-2525, 2016.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234p.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COUTINHO, L. R. P.; BARBIERI, A. R.; SANTOS, M. L. M. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 514-524, abr-jun 2015.

FERNANDES, M. C. Identidade profissional do enfermeiro na atenção básica: enfoque nas ações de gerência do cuidado expressas nas articulações do campo e *habitus*. Tese (Doutorado em cuidados clínicos em enfermagem e saúde) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 41, 2016.

GUIMARÃES, R. C. P.; CAVADINHA, E. T.; MENDONÇA, A. V. M.; SOUSA, M. F. Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?. *Tempus, actas de saúde colet*, Brasília, 11(1), 121-139, mar. 2017.

OLIVEIRA, A. Uma Leitura Brasileira do Legado de Pierre Bourdieu. *Pro-posições*, Florianópolis, v. 26, n. 3(78), p. 259 – 265, set./dez. 2015.

SIMIÃO, A. I. S. O poder simbólico de Bourdieu. Tese (Mestrado em docência da educação brasileira) – Universidade Federal do Pará. Belém, p. 04, 2015.

TELESAÚDE INFORMA. Desafios para implementação da Política Nacional LGBT.

Disponível em: <http://telessaude.ufsc.br/principal/wp-content/uploads/2017/01/Maio_2014-1.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2018.